

Serviço Social e seus fundamentos: uma experiência de educação permanente em uma universidade estadual do Paraná

Social Work and its foundations: ongoing education experience at a state university in Paraná

Lorena Ferreira Portes*
Melissa Ferreira Portes**
Evelyn Secco Faquin***
Mabel Mascarenhas Torres****

Resumo: O artigo aqui apresentado tem como objetivo expor a sistematização de uma experiência de educação permanente executada no ano de 2021, em uma universidade pública do estado do Paraná, cujo tema foram os fundamentos do Serviço Social, associada a um projeto com ênfase no ensino, cujo objetivo foi propiciar a qualificação do processo formativo de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, contribuindo para o aprimoramento do exercício profissional. A referida experiência foi executada por meio de ações de caráter político-pedagógico, sob o formato de um curso de extensão, abarcando um levantamento do perfil dos/as participantes, o planejamento e a distribuição de conteúdo, os procedimentos pedagógicos utilizados, assim como a execução e avaliação da proposta. Quanto aos resultados, identificou-se que a discussão qualificada sobre os fundamentos é essencial para a formação dos/as assistentes sociais, possibilitando que estudantes e profissionais

*Doutora em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Espírita. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. E-mail: lorenafportes@gmail.com.

**Doutora em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Serviço Social e Complementação Pedagógica Em História pela Faculdades Integradas Espírita. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. E-mail: melissaportes2010@gmail.com.

***Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Serviço Social pela UEL. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: evelynseccofaquin@gmail.com.

****Doutora e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. E-mail: mmtorres@uel.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

apreendam sua importância para o entendimento do lugar ocupado pelo Serviço Social na divisão social do trabalho, sua natureza interventiva e o seu reconhecimento como área de conhecimento.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Permanente. Fundamentos. Formação Profissional.

Abstract: The article presented here aims to expose the systematization of the ongoing education experience carried out in 2021 at a public university in the state of Paraná, focusing on the fundamentals of Social Work. Associated with a project emphasizing education, the goal was to facilitate the qualification of the formative process for social workers and Social Work students, contributing to the improvement of professional practice. This experience was executed through political-pedagogical actions, in the format of an extension course, encompassing a survey of participants' profiles, planning and distribution of content, pedagogical procedures used, and the execution and evaluation of the proposal. Regarding the results, it was identified that a qualified discussion on the fundamentals is essential for the training of social workers, enabling students and professionals to understand their importance in comprehending the place occupied by Social Work in the social division of labor, its interventionist nature, and its recognition as a field of knowledge.

Keywords: Social Work. Ongoing Education. Fundamentals. Professional Training.

Recebido em 28/11/2023. Aceito em 02/02/2024.

INTRODUÇÃO

Trazer para o debate a temática da formação profissional em Serviço Social, reforçando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como particularidade os cursos de Serviço Social no Paraná, é uma iniciativa que demonstra a preocupação com a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional.

É nessa direção que apresentamos as sínteses analíticas que estão sendo construídas a partir do desenvolvimento de ações articuladas com um Projeto Integrado com ênfase no ensino, no ano de 2021. O projeto teve como objetivo propiciar a qualificação do processo formativo de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, contribuindo para o aprimoramento do exercício profissional. Dentre as ações do projeto, destacamos o planejamento de curso de extensão voltado a assistentes sociais e graduandos do último ano do curso de Serviço Social.

O curso de extensão realizado pelas docentes envolvidas no projeto foi organizado a partir de um levantamento através de questionário (*Google Forms*), aplicado aos/as assistentes sociais e bacharéis em Serviço Social do município em que está localizada a Universidade e da região de Curitiba.

Responderam ao questionário 89 (oitenta e nove) pessoas que apontaram os conteúdos que necessitariam ser trabalhados em uma proposta de capacitação, considerando-se as demandas e requisições que se colocam ao trabalho profissional e que passaram o processo formativo.

Dentre os temas indicados, fez-se presente com maior frequência o debate sobre os fundamentos da profissão e a dimensão técnico-operativa. Diante do levantamento, elaboramos uma primeira proposta de capacitação profissional, sob o formato de um curso de extensão, realizado entre abril e maio de 2021, intitulado “Os Fundamentos do Serviço Social e os Desafios Contemporâneos”. O objetivo foi *mediar o aprofundar o conhecimento acerca dos fundamentos do Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional na contemporaneidade*, tendo como ementário a *relação entre Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social na particularidade da sociedade brasileira frente às atuais transformações societárias. Desafios contemporâneos para o trabalho profissional*. As referências básicas utilizadas abarcaram textos de José Paulo Netto, Marilda Villela Yamamoto, Rachel Raichelis, Yolanda Guerra, Cláudia Mônica dos Santos, Maria Carmelita Yazbek, Fátima Grave Ortiz, José Fernando Siqueira da Silva, dentre outros.

O curso foi realizado em seis encontros, em formato virtual, utilizando-se das plataformas *StreamYard* e *YouTube*, com duração de 24 horas, no período noturno.

Os conteúdos explorados no curso foram: 1) Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 2) As dimensões constitutivas da profissão de Serviço Social; 3) A aproximação do Serviço Social brasileiro com as matrizes teórico-metodológicas e ideopolíticas na sua trajetória sócio-histórica; 4) A interlocução do Serviço Social com a teoria social crítica de Marx/tradição marxista: rebatimentos para o trabalho e formação profissional; 5) A interlocução do Serviço Social com a teoria social crítica de Marx/tradição marxista: contribuições no cenário contemporâneo; 6) Desafios atuais para o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

Inscreveram-se no curso 230 (duzentas e trinta) pessoas, mas obtiveram certificado (com 75% de presença), 132 (centro e trinta e dois) participantes. Para a confirmação da inscrição, os interessados deveriam responder a um questionário (*Google Forms*) trazendo informações sobre o perfil formativo e profissional, bem como as motivações para a realização da inscrição.

Ao final do curso, os/as participantes realizaram uma avaliação, utilizando-se da plataforma digital, preenchendo um questionário que visava avaliar se o curso atingira seu objetivo, se as referências utilizadas abordavam o ementário proposto, se a metodologia respondia à finalidade do curso, dando espaço para sugestões. Um dos pontos levantados foi sobre as contribuições que o curso gerou no processo de qualificação e aprimoramento profissional.

Em termos metodológicos, este artigo pretende apresentar uma sistematização da experiência de educação permanente executada em 2021, enfatizando a construção do perfil dos/das participantes, o planejamento e distribuição de conteúdo, a decisão sobre os procedimentos pedagógicos utilizados, e a execução e avaliação da proposta.

O perfil dos/das participantes foi construído a partir da ferramenta digital *Google Forms*, o que possibilitou salvar importantes dados sobre a formação, o trabalho e as motivações para a realização de uma capacitação na perspectiva da educação permanente.

A sistematização da experiência foi construída a partir das seguintes ações: a proposta do Projeto de Ensino, o planejamento das ações e o registro realizado pelas docentes durante o curso de extensão, informações contidas no *chat*, tais como perguntas e considerações dos/das participantes, e as respostas registradas no formulário de avaliação aplicado ao final da capacitação.

Tendo como recorte e referência o curso de extensão mencionado e as respostas apresentadas pelos/as participantes no questionário de avaliação, organizamos o artigo discutindo os seguintes elementos: a) apresentação da proposta de capacitação profissional como uma estratégia de educação permanente; b) apresentação da caracterização dos/as assistentes sociais e estudantes participantes do curso de extensão sobre os *Fundamentos do Serviço Social e os desafios contemporâneos*; c) O debate dos Fundamentos do Serviço Social para a formação e o trabalho profissional: motivações e contribuições da capacitação profissional realizada.

EDUCAÇÃO PERMANENTE DE ASSISTENTES SOCIAIS: A INTERFACE ENTRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

A formação profissional dos/as assistentes sociais no Brasil tem como alicerce a proposta aprovada em 1996 pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) - hoje Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), partindo do currículo mínimo de 1996 que, posteriormente, por exigência do Ministério de Educação e Cultura (MEC) na época, passou a ser denominado de Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (DCN).

Dentre os elementos que estruturam tal proposta de formação, situamos dois princípios: o primeiro é o “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 06), e o segundo diz respeito à “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (ABEPSS, 1996, p. 07). O que tais princípios indicam?

Para responder à questão, é preciso compreender um conjunto de determinações histórico-sociais que perpassam e dão concretude à formação. Um dos elementos a se considerar é o fato de que a formação profissional não se constitui como uma esfera isolada e descontextualizada da realidade. No percurso sócio-histórico da formação de assistentes sociais brasileiros, diferentes projetos formativos foram organizados e implementados respondendo às exigências de um determinado tempo histórico, sejam das instituições formadoras, do mercado de trabalho e até mesmo dos próprios debates desencadeados pela categoria profissional. Não havendo uma formação descolada do real, é importante recuperar a premissa de que, na elaboração de propostas formativas e, especificamente, de matrizes curriculares, há uma fundamentação teórico-metodológica e, por sua vez, uma dada direção política que a sustenta. Dessa forma, qualquer proposta formativa está balizada por uma dada concepção de realidade e de profissão.

Outro elemento a ser destacado é que a formação profissional, analisada na perspectiva da totalidade social, não deve ser reduzida a uma instrução técnica que prepare os/as assistentes sociais para o “fazer profissional”, dada a natureza interventiva da profissão, sem construir mediações teóricas e políticas. Essa concepção tecnicista, praticista e despida de articulações, só reforça e fortalece uma visão “pouco profissional e menos importante” do Serviço Social, pois não demandaria uma formação mais qualificada e rigorosa do ponto de vista teórico-metodológico e do direcionamento político na reafirmação de direitos sociais e humanos que respondam, mesmo que parcialmente, às demandas postas pela classe trabalhadora. Formar tecnicamente assistentes sociais é um aspecto fundamental para a inserção no mercado de trabalho e para a construção de respostas às demandas sociais que são apresentadas aos profissionais, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, mediados pelas políticas sociais.

No entanto, essa formação técnica necessária não deve ser pensada sem a interlocução com um conjunto de conhecimentos, de diversas ordens, que extrapolam manuais, roteiros e

passo-a-passo para guiar o exercício profissional. Se fosse assim, para que buscar uma formação de nível superior, que dialoga dialeticamente com o campo das ciências sociais? Não bastaria um curso de pós-médio baseado em treinamento e repetição?

Um terceiro elemento diz respeito à formação compreendida como um processo em movimento, pois não se encerra o percurso formativo com a graduação em Serviço Social e, da mesma forma, não se alcança o seu ápice cursando um doutorado e/ou um pós-doutoramento.

A realidade é dinâmica e processual: a profissão tem enfrentado imensos desafios, por um lado, com as transformações no mercado de trabalho e dos seus desdobramentos nas demandas sociais reconfiguradas por novas formas de exploração da força de trabalho, do agravamento das desigualdades sociais, de imensos ataques aos direitos sociais e, de outro lado, pela intervenção do Estado cada vez mais focalizada, centrada na própria família, com reduzido investimento em políticas sociais, atreladas aos interesses do grande capital.

Para poder analisar esse quadro de metamorfoses e compreender a dinâmica da vida social e as determinações presentes, é imprescindível (mas não suficiente) uma formação rigorosa, crítica, constante e geradora de análises que confrontem as interpretações rasas, antirracionalistas e recheadas de uma ideologia conservadora que trazem implicações para o exercício profissional.

Nesse sentido, a constante qualificação profissional, ou melhor, a educação permanente é uma das condições que podem contribuir para essa análise e preocupações com o exercício profissional, não se movendo para práticas estereotipadas, preconceituosas e criadoras de mecanismos que obstaculizem acesso aos já reduzidos benefícios, programas, serviços e direitos humanos e sociais.

A formação continuada é uma das estratégias que podem contribuir para essa finalidade, não sendo resposta única e condição elementar, pois nenhuma profissão se autodetermina e a formação não está acima das contradições inerentes à sociabilidade burguesa. É preciso enfrentar posicionamentos politicistas, eticistas e praticistas que teimam em transitar no debate do Serviço Social brasileiro e, na mesma toada, rejeitar análises teoricistas que se desvinculam da realidade concreta, sem construir mediações teórico-práticas tão necessárias.

Retornando à pergunta posta, os argumentos trazidos elucidam que a formação profissional deve possibilitar, sem hierarquia de importância, mas numa direção de articulação contínua, uma capacitação teórico-analítica, fundamentando a produção de conhecimentos e a atitude investigativa dos/as assistentes sociais e, ao mesmo tempo, uma capacitação técnico-operativa, voltada à qualificação da intervenção profissional construída nos espaços sócio-ocupacionais.

O novo projeto de formação aprovado pela ABEPSS aponta para dois elementos que serão essenciais para a guinada formativa de assistentes sociais: a formação calcada nos fundamentos e a tríplice capacitação: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A respeito das referidas capacitações, a partir dos estudos de Yamamoto (1998; 2012), elas passam a ser identificadas como dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, afirmando que se entrecruzam e são indissociáveis, dando sentido e direcionalidade tanto à formação, ao trabalho e à produção de conhecimentos na área do Serviço Social. Os argumentos de Yamamoto (2012), caminham na direção do projeto profissional, especialmente a partir das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), afirmando que o

[...] projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedadeis que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas

técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais [...] (Iamamoto, 2012, p. 40).

Em um certo sentido, a autora reafirma os princípios estabelecidos nas Diretrizes, trazendo à tona o entendimento de dimensão associado aos conhecimentos que se retroalimentam e entrecruzam no projeto profissional de assistentes sociais. Associa também à lógica da totalidade social como essencial para evidenciar que o Serviço Social é uma profissão na história, portanto, historicamente posicionada.

A dimensão teórico-metodológica constitui-se e ganha visibilidade a partir da aproximação que o Serviço Social brasileiro fará à teoria social crítica de Marx, o que altera o modo como a profissão passa a elaborar os processos investigativos, enfatizando questões que tornam as determinações econômicas, políticas e sociais que estruturam a sociedade do capital, desvendando suas mediações, evidenciando as condições que particularizam a realidade da sociedade brasileira. Assim,

São múltiplas as mediações que constituem o tecido de relações sociais [...]. Dimensões com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação às quais se posiciona quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerado nesta abordagem como dimensões de uma mesma totalidade (Yazbek, 2009, p. 144).

É observável o acúmulo da produção de conhecimentos sobre questões essenciais para a profissão desde as discussões sobre a unidade teórico-prática, bem como o debate em torno da questão social e suas expressões, do Estado burguês, da gestão das políticas públicas e sociais, da classe trabalhadora, das questões relacionadas ao racismo, as relações patriarcais, do trabalho assalariado, entre tantas que afetam a formação e o trabalho profissional. Aqui estabelece-se a capacitação analítica e investigativa, essenciais para o Serviço Social brasileiro.

A dimensão ética e política evidencia a direção social da profissão¹, expressa no projeto ético-político, alicerçada nos princípios éticos, nas bandeiras de luta da profissão associadas ao projeto societário da classe trabalhadora, e no posicionamento político na defesa dos direitos humanos e sociais.

Uma das expressões dessa dimensão está em uma das competências estabelecidas na Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão, de prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em questões referentes à defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, requerendo dos/as assistentes sociais o desenvolvimento de ações de articulação, de mobilização, características que contribuem para o reconhecimento da profissão na divisão social do trabalho.

Quanto à dimensão técnico-operativa, podemos afirmar que ela revela a complexidade do trabalho dos/as assistentes sociais nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais. O exercício profissional ocorre, majoritariamente, na prestação de serviços vinculados às políticas sociais, acesso ao sistema de justiça, articulação com os movimentos sociais, ações relacionadas ao controle social, formação, supervisão e a assessoria.

¹ Para Abramides (2016), a direção social da profissão ganha relevo a partir do denominado Congresso da Virada, quando o Serviço Social brasileiro estabelece os caminhos para construir um processo de ruptura com o conservadorismo presente na profissão. A autora analisa que a direção social da profissão expressa “as determinações e os caminhos da profissão consubstanciados no Projeto Ético-Político profissional hegemônico, do Serviço Social brasileiro, em sua relação com as lutas sociais e os direitos dos trabalhadores” (Abramides, 2016, p. 457).

É nessa dimensão que se entrecruzam a capacidade do assistente social de demonstrar os conhecimentos mobilizados para a realização do seu trabalho, a análise da realidade sob a lógica da totalidade, a identificação das necessidades vivenciadas pela classe trabalhadora, decorrentes do desemprego; dos baixos salários, da violência contra as mulheres, pessoas idosas, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e a população negra; do pauperismo crescente entre os trabalhadores. É nessa dimensão também que os assistentes sociais elaboram, planejam, executam, sistematizam, avaliam as ações, atividades e estratégias, que definem os instrumentos técnico-operativos que serão utilizados, de modo a viabilizar o acesso aos serviços prestados nas políticas sociais, bem como estabelecer os caminhos para a coletivização das demandas apresentadas pelos usuários. Contratados pelo Estado para atuar na prestação de serviços sociais, o trabalho dos/as assistentes sociais é permeado pelos princípios e normativas que regulam as políticas sociais e os demais espaços sócio-ocupacionais, tendo como elemento direcionador o atendimento às requisições institucionais previamente estabelecidas pelos contratantes. É nessa dimensão que emerge a capacidade dos assistentes sociais de planejarem, executarem e avaliarem o trabalho profissional.

Assim, no entrecruzamento das dimensões, os caminhos entre a formação e o trabalho profissional ganha corpo, tornando imprescindível aos assistentes sociais a construção de reflexões sobre o cotidiano profissional e a construção de estratégias interventivas, posicionadas historicamente na realidade social.

Na esteira dos princípios e diretrizes afirmados nas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (1996) e, também, tomando por referência o disposto no código de ética de assistentes sociais (1993) que enfatiza, em um de seus princípios, o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, e com a qualidade dos serviços prestados à população, como pensar em educação permanente?

A política de educação permanente construída pelo conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO

A construção e o estímulo à educação permanente de assistentes sociais tem sido uma preocupação das instâncias organizativas da categoria, visto que a educação permanente no exercício profissional [...] implica na estratégia de inserção e permanência qualificada dos assistentes sociais no mercado de trabalho contemporâneo, não na subserviência funcional a ordem de acumulação do capital, mas na perspectiva de uma formação crítica, [...] (Nascimento; Oliveira, 2016, p. 137).

Há exemplos diversos de ações de educação permanente, tanto do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (Cfess/Cress), como da Abepss, tais como as duas edições da especialização Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, o curso Ética em Movimento, as diversas edições do Projeto Abepss Itinerante, no período agudo da pandemia, as *lives* transmitidas pelos canais do *stream YouTube*, fortalecem um dos direitos de assistentes sociais, assegurados no Código de Ética de 1993, sobre a liberdade na realização de estudos e pesquisas.

Dada a complexidade da formação em Serviço Social, as instâncias organizativas, em parceria, construíram uma Política de Educação Permanente, lançada em 2012. Trata-se de uma produção coletiva envolvendo a categoria de assistentes sociais e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), salvaguardando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, formação e trabalho.

A referida política apoia-se nos princípios e normativas da profissão, entendendo a “educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional” (CFESS, 2012, p. 6).

Há uma concepção de educação permanente que sustenta a referida política, que parte de alguns elementos, tal qual nos aponta Fernandes (2007; 2012).

O primeiro elemento tem a ver com as múltiplas metodologias e possibilidades de realização de experiências que “[...] podem ocorrer em diferentes tempos, espaços e contextos, incluindo os de trabalho” (Fernandes, 2012, p. 483). Sob esse ponto de vista, a educação permanente abarca um leque de possibilidades que ultrapassam a educação formal, voltadas a emitir diplomas de qualificação.

O segundo elemento relaciona-se à construção, disseminação e compartilhamento de conhecimentos e experiências profissionais que podem contribuir para a consolidação do trabalho de assistentes sociais em uma perspectiva crítica, ou seja, “[...] constitui-se em uma estratégia de formação profissional com base na possibilidade de se construir e de se transformar ‘no’ e ‘o’ mundo do trabalho em um movimento dinâmico, mediado por valores éticos e políticos” (Fernandes, 2012, p. 500).

Desse modo, a educação permanente contribui para evidenciar as características reflexivas presentes no trabalho dos/as assistentes sociais, em uma contraposição às ações e atividades pragmáticas, burocratizadas, que se limitam a responder as requisições institucionais, sem levar em consideração a desigualdade social, as necessidades vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Desse modo, corrobora para a construção de uma “[...] a análise rigorosa do processo de trabalho e das intervenções e a procura coletiva de melhores formas de agir por meio da interlocução dos saberes” (Fernandes, 2012, p. 491-492).

O terceiro elemento tem a ver com “[...] à partilha dos saberes e de reflexão sobre situações complexas e contraditórias do trabalho e, fundamentalmente, admitir que é necessário aprimorar conhecimentos e adquirir outros saberes”. (Fernandes, 2012, p. 491). Em um certo sentido, a educação permanente vai trazer à tona a atitude investigativa que deve ser desenvolvida pelos/as assistentes sociais, quer seja para elucidar as mediações presentes na realidade social, quer seja na produção de conhecimentos que iluminam o trabalho desenvolvido.

Alicerçada na direção social da profissão, a política de educação permanente construída pelas instâncias organizativas da categoria, apresenta um conjunto de elementos que podem ser sistematizados da seguinte forma:

- 1. A formação e o trabalho profissional demandam dos/as assistentes sociais a mobilização de um conjunto de conhecimentos que possibilitam aos profissionais construir uma análise historicamente posicionada acerca da sociedade do capital.** Mas, de quais conhecimentos estamos falando? Conhecimentos acerca da realidade social, fundada na desigualdade de classe, gênero e raça, na exploração do trabalhador, na acumulação capitalista e na propriedade privada, e neste sentido, reconhecer o movimento e a estrutura do capital, identificando as lutas e resistências construídas pela classe trabalhadora para fazer valer seus direitos tão duramente destituídos, que reforçam a “precarização das condições de vida da população” (CFESS, 2012, p. 8); conhecimentos sobre as normativas que regulamentam a gestão da prestação de serviços vinculadas as políticas sociais, desvendando a função coercitiva do Estado, e o atendimento as necessidades da classe trabalhadora funcionais aos interesses econômicos e políticos do capital, o que por vezes indica que os usuários não serão reconhecidos

pela sua condição de classe mas, como beneficiários das políticas e portanto, devem cumprir com as exigências estabelecidas nas referidas normativas; conhecimentos sobre as condições objetivas de vida da classe trabalhadora, de modo a identificar as necessidades de subsistência, especialmente alimentação, educação, saneamento básico, condições de moradia, saúde, educação, relações de pertencimento sócio territoriais, acesso aos direitos, e, estratégias de sobrevivência em uma conjuntura tão desfavorável aos trabalhadores cuja remuneração não os permite arcar com todas as despesas para a sua própria manutenção e de seus familiares. Aqui também apresentam-se as possibilidades dos/as assistentes sociais reconhecerem os descompassos entre o que é estabelecido como critérios de acesso a programas, projeto e serviços vinculados às políticas sociais e às demandas decorrentes da condição social de trabalhadores, agravada pelas relações patriarcais que subordinam mulheres, crianças, adolescentes e pessoas idosas, de modo violento ao poderio físico, econômico e emocional dos homens, pelas relações raciais impregnadas pelo racismo que subalterniza e estigmatiza parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Outro conjunto de conhecimentos está relacionado ao processo formativo dos/as assistentes sociais. É no processo de formação que assistentes sociais são preparados para atuarem em um contexto no qual se entrecruzam a história, os determinantes econômicos, políticos e sociais, o que

[...] exige a reflexão e aprofundamento acerca da intervenção na realidade, considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional (CFESS, 2012, p. 8).

São esses conhecimentos que, em uma relação de complementaridade, possibilitam aos profissionais a realização do seu efetivo exercício profissional. E assim, assistentes sociais determinam quais ações, atividades e instrumentos técnico-operativos serão utilizados para a construção das respostas interventivas, para a execução de propostas investigativas, contribuindo para a qualificação da prestação de serviços e para consolidar o Serviço Social como área de conhecimento.

2. A política de educação permanente tem como pressuposto a qualificação do trabalho profissional, ou seja, o Serviço Social é uma profissão que em sua atuação nas expressões da “questão social”, requer de seus trabalhadores um constante aprimoramento,

[...] em torno das referências teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva de um exercício profissional cada vez mais qualificado, sintonizado com o seu tempo e comprometido com a defesa dos/as trabalhadores/as nos diversos espaços sócio-ocupacionais (CFESS, 2012, p. 11).

Aqui estabelecem-se também as aproximações com uma perspectiva histórica e crítica² para o trabalho profissional, alavancando os elementos políticos e organizativos da categoria, exigindo que assistentes sociais estejam em constante processo de aprimoramento

² Para Iamamoto (2009), o Serviço Social brasileiro construirá uma aproximação a teoria social crítica que incidirá diretamente no modo como analisa a realidade social. Neste sentido a profissão assume uma perspectiva histórica e crítica, o que “ Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões” (Iamamoto, 2009, p. 02).

profissional. Outro aspecto importante é o reconhecimento de que a graduação não é o ponto de chegada, mas de partida da formação profissional.

Para o Serviço Social brasileiro, a educação permanente reafirma o compromisso com a execução de um exercício profissional calcado na coerência e consistência argumentativa, em uma perspectiva de qualificação sistemática e contínua, expressando a conjunção de conhecimentos decorrentes das dimensões constitutivas da profissão. Nesse sentido é essencial entender as exigências postas aos assistentes sociais, no sentido de se construir uma análise da realidade sob o ponto de vista da totalidade, “[...] dada a dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social e o compromisso ético-político adotado pela profissão nas três últimas décadas (CFESS, 2012, p. 16)

Sob esse ponto de vista, a educação permanente configura-se como uma política de formação de caráter continuado, possibilitando que os/as assistentes sociais possam analisar a realidade, elaborar o seu trabalho e produzir conhecimentos de forma crítica e propositiva.

O debate dos Fundamentos do Serviço Social para a formação e o trabalho profissional: motivações e contribuições da capacitação profissional realizada

A temática dos fundamentos do Serviço Social tem reaparecido nos últimos anos, seja na produção do conhecimento, seja em eventos da categoria profissional. Existe uma consistente bibliografia situando o contexto de emergência da discussão sobre os Fundamentos, destacando o currículo mínimo de 1982 como ponto de partida e as elaborações e aprofundamentos teóricos a partir do currículo mínimo de 1996 que desembocará nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas em 1996, pela Abess e revistas em 1999. Discorreremos sobre o que são os Fundamentos do Serviço Social, reafirmando sua importância para pensar a formação de assistentes sociais e o trabalho profissional.

Partindo das contribuições de Iamamoto (2014), Yazbek (2018), Guerra (2018; 2023) os fundamentos do Serviço Social expressam as mediações que foram construídas entre a profissão e a interlocução com o pensamento doutrinário, com as vertentes teórico-metodológicas oriundas da sociologia e hoje com o pensamento pós-moderno e o pensamento decolonial ou descolonial. Essas mediações são balizadas por determinadas concepções de realidade e de profissão. Desse modo, os fundamentos consistem “na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade” (Yazbek, 2018, p. 47), partindo do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da realidade, no processo de produção e reprodução social. Assim, considera-se que a “história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento” (Iamamoto, 2014, p. 621).

Para essa apreensão, é importante reforçar que cada uma das teorias sociais que serviram e ainda servem como alicerce para a interpretação e a análise da realidade e da própria profissão, ancora-se em um determinado método para o conhecimento da realidade, ou seja, toda elaboração teórica é movida por uma formulação metodológica. Disso decorre a concepção dos fundamentos teórico-metodológicos presentes nas diretrizes curriculares sustentadas por uma nova lógica curricular (núcleos de fundamentação e as matérias básicas). Os fundamentos do Serviço Social partem dos fundamentos teórico-metodológicos de uma dada matriz do pensamento social, mas também indicam fundamentos ídeo-políticos que “subjazem determinadas concepções de

homem e mundo, priorizam determinados valores e afirmam determinado projeto de sociedade e de profissão” (Guerra, 2023, p. 45).

Nessa direção, quais os fundamentos teórico-metodológicos tomados como referência no debate do Serviço Social brasileiro e que estamos considerando e organizamos o curso de extensão?

São os fundamentos vinculados à teoria social marxiana, na perspectiva da totalidade social. Assim, ao considerarmos que o capitalismo expressa-se pela exploração do trabalho (sociedade classista), na extração do mais-valor e na propriedade privada; que a desigualdade social é inerente a essa produção social e que dela decorrem determinadas relações sociais, estamos delimitando não um apenas marco teórico-metodológico qualquer, mas uma teoria social que tem como objeto de investigação o modo de produção capitalista e que, para além de interpretá-lo e explicá-lo elucidando suas contradições e pilares estruturantes, direciona-se à sua transformação e suplantação, em uma perspectiva revolucionária.

É a partir desses fundamentos teórico-metodológicos que compreendemos a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho e que responde às demandas sociais postas pelas contradições entre trabalho e capital (expressões da “questão social”), por meio das políticas sociais.

Esse estatuto de assalariamento e compreensão da profissão com produto sócio-histórico, tão bem elucidados por Iamamoto (2014), decorre da aproximação do Serviço Social com a teoria social marxiana. Como aponta a autora, “as dimensões históricas, teóricas e metodológicas passam a ser tratadas de forma indissociáveis e complementares nessa concepção de fundamentos do Serviço Social” (Iamamoto, 2014, p. 623).

Postas estas questões iniciais, apresentaremos o perfil formativo e profissional dos/as participantes do curso, as motivações e as contribuições elucidadas.

Breve caracterização dos/as assistentes sociais e estudantes participantes do Curso de Extensão sobre os *Fundamentos do Serviço Social e os desafios contemporâneos*

Como já mencionado na introdução, inscreveram-se no curso de extensão “*Os Fundamentos do Serviço Social e os desafios contemporâneos*”, 230 (duzentos e trinta) pessoas. A inscrição estava atrelada ao preenchimento de um questionário *online* que buscou levantar informações sobre o perfil formativo e profissional e as motivações que levaram cada participante a fazer a inscrição no curso.

Dos/as 230 inscritos, 93,5% eram do sexo feminino, 48,7% solteiros/as e 35,7 casados/as. Em relação à pertença étnico-racial, 60,4% declararam-se brancos/as, 24,3% pardos/as e 13,5% pretos/as. 86,1% afirmaram possuírem uma religião.

Dos inscritos no curso de extensão, 41,3% concluíram ou estavam em processo de conclusão da graduação em universidades públicas do Paraná, sendo 73 deles/as (31,7%) na Universidade Estadual de Londrina (UEL), 10 na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) (4,3%), 1 (0,4%) na Universidade Estadual de Maringá (UEM), 3 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (1,3%), 4 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) (1,7%), 2 na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) (1,3%) e 2 (1,3%) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os dados mostram um destaque para universidades estaduais paranaenses, que totalizam 40,4%. Importante frisar 36,5% dos inscritos/as são formados/as (ou em formação) em instituições públicas estaduais no norte do estado.

Com formação em instituições privadas de ensino em Curitiba, são 47 inscritos/as, ou seja, 20,4%. Desses, 14 (6,1%) pertencem ou são egressos do Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil), 20 (8,7%) das Faculdades Integradas Espírita, 5 (2,2%) da Faculdade Padre João Bagozzi, 4 (1,7%) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e 4 (1,7%) do Centro Universitário Internacional (Uninter).

A região de Curitiba, incluindo instituições privadas e pública, é responsável pela formação à nível de Serviço Social de 23% dos inscritos no curso de extensão.

Diante dos dados acima apresentados, identifica-se que a formação graduada em Serviço Social tem ocorrido, dentre os inscritos/as no curso, em instituições presentes no estado do Paraná (67,8%), sobretudo em instituições públicas estaduais (40,4%). A formação em cursos presenciais é predominante, ou seja, 87,8% dos casos.

O ano de formação ou previsão para conclusão do curso é bem variado. Formados/as até o ano 2000 são 10; de 2001 a 2009 são 52; de 2010 a 2015 são 53; e formados/as entre 2016 e 2021 são 98. Os/as que ainda estavam em processo de conclusão de curso totalizaram 17 participantes.

Identifica-se que a maioria dos/as participantes do curso concluiu a graduação em Serviço Social entre os anos de 2016 e 2021 (42,6%), 22,6% entre 2001 e 2009, 23% entre 2010 e 2015. Esse público teve sua formação em um contexto do novo projeto de formação profissional, sustentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social de 1996.

Em relação à última titulação, pouco mais da metade (50,4%) é especialista (*lato sensu*), seguidos pelos graduados/as (20,5%). Os/as estudantes de graduação atingiram 18,7%. Com título de mestre, são 8,3%, Doutor/a 1,7% e Pós-doutor/a 0,4%.

A expressiva maioria obteve a última titulação entre os anos de 2010 e 2020. Desse grupo, 89 referem-se ao título de especialista (59,7%), 40 (26,8%) somente graduação. Dos 19 (8,3%) que possuem título de mestre, esse foi obtido nos anos 2019, 2020 e 2021.

Dos/as inscritos/as no curso, 61,7% atuam como assistente social, sendo que 38,7% têm jornada de trabalho de 30 h semanais e 38,7% atuam 40 h semanais. Em relação às áreas de atuação profissional, destacamos que 31,7% atuam na política de assistência social e 30% na docência em serviço social.

Motivações para participação no curso de extensão e contribuições propiciadas

Diante do percurso de construção da capacitação como indicado na introdução, vinculada à inscrição, estava a solicitação de preenchimento de questionário via plataforma *Google Forms*, com vistas à ampliação do conhecimento acerca do público, assim como a identificação das motivações pessoais para participar do curso. Posteriormente, após a finalização, também foi encaminhado questionário para avaliação e indicação de possíveis contribuições da capacitação.

Apresentaremos, inicialmente, quais foram as motivações para a participação no curso de extensão proposto de acordo com as respostas registradas no questionário.

Identificamos **três motivações** recorrentes, a saber: 1) atualização e aprimoramento formativo e profissional; 2) aquisição de conhecimentos para inserção no mercado de trabalho; 3) aprofundamento teórico para debater a profissão.

Em relação à primeira motivação, de modo mais expressivo, está a busca pela atualização e aprimoramento profissional, tendo sido indicada por 72 cursistas. Eles/as relatam interesse em “*Aperfeiçoamento e capacitação profissional*”; “*Buscar atualização de conhecimento e aprendizado*”;

“Necessidade de atualização e qualificação profissional”, entre outras respostas neste sentido. Considera-se essencial que profissionais tenham como perspectiva a procura por aperfeiçoamento, capacitação e qualificação, cabendo relatar que nenhum deles obteve dispensa/incentivo de seus empregadores para participação no referido curso.

Verificamos também a incorporação do debate acerca da perspectiva de educação permanente difundido e reafirmado pela categoria profissional, expresso nas motivações de 20 cursistas, tanto no sentido de ampliação da capacidade de análise conjuntural, quanto para a qualificação dos serviços prestados à população. Assim, o curso foi procurado por uma *“Busca pelo aperfeiçoamento profissional e qualificação permanente, sobretudo em contextos de retração de direitos e crise econômica, política e sanitária”*; *“Apesar de possuir mais de 20 anos de formação, nossa categoria profissional requisita contínuo processo de formação profissional. O debate e reflexão sobre as possibilidades e limites da nossa atuação é muito importante, considerando as suas dimensões”*; *“Importância da educação permanente do/a profissional para leitura da realidade”*; *“A busca permanente que devemos ter para consolidar os fundamentos da profissão e ao mesmo tempo expandir as perspectivas ao me situar em relação aos desafios da contemporaneidade, além do meu espaço de trabalho”*.

A preocupação com o aprimoramento do exercício profissional também esteve dentre as principais motivações dos cursistas, tendo sido expressa por 19 deles. As respostas trazem dados como: *“Sinto a necessidade de me atualizar na área para melhorar minha atuação profissional”*; *“Qualificar meu exercício profissional e contribuir para a reflexão do cotidiano do meu trabalho”*; *“Aprimoramento e aperfeiçoamento profissional, atualização para uma prática com qualidade e reflexiva”*; *“Buscar conhecimento e aprimorar a prática profissional”*.

As expectativas dos/as cursistas alinham-se aos objetivos do curso, uma vez que o principal objetivo era contribuir para o aprofundamento de conhecimentos e por consequência problematizar o trabalho profissional. Contudo, é importante não perder de vista que o debate dos fundamentos nos convoca à ampliação das reflexões acerca dos determinantes macroestruturais que incidem e conformam o tempo presente, refutando a perspectiva de “aplicação imediata” de análises, conceitos e concepções.

A segunda motivação identificada refere-se à procura pelo curso enquanto contribuinte à inserção no mercado de trabalho, tendo sido indicada por 26 cursistas. Os/as cursistas relatam que buscavam no curso *“Aprofundar meu conhecimento profissional para estar melhor preparada para a inserção no mercado de trabalho”*; *“Já fui docente em curso de Graduação de Serviço Social. Pretendo futuramente retornar ao meio acadêmico, a atualização será bem importante para essa retomada”*; *“Atualização profissional e aprofundar estudos para Concursos Públicos”* e *“Como recém-formada e em busca de emprego na área é fundamental que estejamos buscando a formação continuada e nos capacitando, já que o mercado de trabalho atual não é um dos melhores e devemos sempre estar em busca de novos conhecimentos, certificados e tudo que possa acrescentar em nosso currículo”*.

Embora não tenha sido objetivo da proposta de formação e nem a defesa de um conjunto de conhecimentos com “aplicabilidade” e “servidão” direta ao mercado de trabalho, observa-se a partir das respostas que o curso foi visto enquanto oportunidade de qualificação para inserção profissional tanto no atendimento direto aos usuários, quanto na docência em Serviço Social, pode-se inferir que os processos de precarização e retrocesso na oferta de vagas públicas via concursos pode ter gerado expectativa de que a formação ofertada possa auxiliar esse movimento.

Como terceira motivação, os/as cursistas também foram motivados à realização da capacitação por considerarem ser essa uma possibilidade da retomada do debate teórico e aprofundamento de conhecimentos tendo em vista a oferta em contexto universitário (17 respostas).

Indicaram os participantes que “A perspectiva de se atualizar por meio de um processo estruturado metodologicamente na academia”; “Aprofundamento teórico”; “A importância e a vontade de me atualizar nas discussões sobre o serviço social, a possibilidade de ter contato com o ambiente acadêmico e adquirir novos conhecimentos nesse período de desconstrução das políticas públicas”; “Atualização nas discussões teóricas”; “O entendimento da necessidade e importância de constante atualização profissional e retorno a Universidade”; “Muito tempo longe da teoria; necessidade de atualização frente os novos desafios da atualidade; sentindo-se um peixe fora d’água; sair da minha zona de conforto”, entre outros apontamentos.

Esse conjunto de motivações permitem-nos realizar duas problematizações: a primeira trata do reconhecimento das universidades enquanto referência de conhecimentos e produção teórica consistente, tendo sua qualidade atestada para fins de aprofundamento de reflexões. Considera-se que em tempos de infodemia e desinformação, é de grande valia que profissionais e estudantes compreendam o potencial universitário, possibilitando em certa medida angariar forças ao processo de luta em contraposição aos ataques vivenciados por estas instituições, sobretudo no cenário paranaense. Em outra frente, exige cautela, uma vez que pode indicar a expressão da cisão entre teoria e prática, ou seja, de que a teoria se reduz ao ambiente acadêmico, sendo esse o seu lugar. No decorrer dos encontros da capacitação, esse foi um debate contínuo, com vistas a reafirmar sua indissociabilidade.

Devido ao contexto recente do país que ocasionou desmonte de direitos e políticas, estratégias ultra-neoliberais e neoconservadoras, atreladas à pandemia mundial de Covid-19, 16 (dezesesseis) cursistas também vislumbraram possibilidade de ampliar reflexões acerca da conjuntura atual, sobretudo ao exercício profissional no cenário pandêmico, uma vez que a oferta se deu no ano de 2021. Ao expressar suas motivações relataram: “Sabendo da realidade ao qual estamos vivendo, se não mantivermos por dentro de algo, que realmente fale e estude, e procure cada vez mais se adentrar e adaptar as condições sócio-históricas em questão, estaremos condenados a uma naturalização abstrata da desigualdade expressa em cada olhar”; “O interesse em resgatar e aprofundar os estudos acerca dos fundamentos do serviço social, visto os novos desafios postos a profissão decorrentes do contexto mundial de pandemia”; “Atualizar -se, ter melhor compreensão de como o serviço social pode contribuir para o momento excepcional que se apresenta, conhecer outras áreas de atuação”; “Os crescentes desafios de reorganização dos processos de trabalho impostos pelos tempos atuais”; “Atualização Profissional para lidar com os novos desafios, principalmente nesse período tão conturbado de pandemia”; “Estar me atualizando e discutindo com a classe profissional as expressões da questão social e seus obstáculos diante da pandemia e o atual gestão política”. Entende-se assim, que a oferta da capacitação em 2021 foi oportuna indo ao encontro dos interesses e necessidades dos cursistas.

Com menor frequência, como mencionado, foram identificadas motivações em torno do interesse pela temática dos fundamentos do Serviço Social ensejando ampliar conhecimentos sobre a profissão, principalmente para estudantes e profissionais que não estavam ainda exercendo a profissão; estudantes inscritos relataram a motivação de conhecer de forma mais ampliada a futura profissão; recuperação de defasagens no processo formativo, indicando que a temática carece de aprofundamento na formação graduada em algumas instituições de ensino; expressou-se enquanto possibilidade de contribuição a pesquisadores que tematizam os fundamentos do Serviço Social em seus estudos; foi vista também enquanto espaço para socialização de experiências e construções coletivas; a credibilidade da instituição e corpo docente envolvido, indicando a confiança na universidade pública paranaense promotora; além da busca por aperfeiçoamento pessoal, além do profissional; forma de organização da capacitação; expectativa de que a ampliação de acesso ao conhecimento e aprofundamento de reflexões pudesse ampliar autonomia profissional; uso do

tempo em que está fora do mercado de trabalho para estudo; conhecer pesquisas em andamento e contexto de diminuição de cursos tendo em vista o cenário pandêmico.

Apresentadas as motivações, explicitaremos as contribuições do processo de capacitação ofertado aos inscritos, partindo das respostas dos/das participantes no segundo questionário via plataforma *Google Forms* de avaliação, uma vez que a equipe do projeto pretendia dar continuidade aos trabalhos, obtendo-se 112 respostas.

O questionário abordou questões referentes aos objetivos do curso, à metodologia proposta, às plataformas digitais utilizadas, às contribuições do curso para a qualificação profissional e sugestões para uma próxima proposta de capacitação. Ao todo, foram treze questões distribuídas entre fechadas e abertas.

Em relação ao objetivo do curso, 99,1% dos/as respondentes registraram que o curso atingiu o objetivo proposto, ou seja: contribuiu para o processo de educação permanente dos/as assistentes sociais com ênfase no aprofundamento de conhecimentos acerca dos fundamentos do Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional na contemporaneidade.

Sobre tal questão, os/as depoentes registram as seguintes percepções: *“Com certeza atingiu o objetivo, gostei muito dos materiais disponibilizados e das aulas ministradas e dos encontros realizados”*; *“O tema veio apontar a importância de termos, quais são as nossas orientações teóricas, pois temos que saber nos colocar e realizar o enfrentamento diante do desmonte de políticas públicas”*; *“As temáticas e as explicações se somaram com os textos de suporte, e esclareceram muitas dúvidas, principalmente quanto ao método da teoria social, e a forma na qual o SS se apropria deste conhecimento”* e *“O curso foi bastante claro e crítico em relação ao serviço social na contemporaneidade, elencando seus desafios em face à instituição, sociedade e quanto a categoria profissional. Fico grata a grandes esclarecimentos”*.

Em relação à carga horária proposta para o desenvolvimento do curso, 89,3% dos/as respondentes entenderam que foi adequada, mas entendem também que poderia ser ampliado o número dos encontros por ter sido bastante profícua a problematização dos temas trabalhados. Sobre essa questão, os comentários em destaque, trazem as seguintes afirmações: *“A proposta foi adequada, porém as discussões iniciais levam a outras reflexões e inquietações, o que permitiria outros módulos para ampliar tópicos específicos, como atuação, sucateamento dos serviços e estruturas, a interdisciplinaridade versus especificidades da profissão”*; *“Gostaria de ter mais encontros para ter acesso a um volume maior de falas das professoras que foram brilhantes!”* e *“Excelentes os encontros, foram satisfatórios, mas sempre fica um gostinho de quero mais, afinal as professoras são muito bem capacitadas, eu particularmente estava precisando dessa atualização profissional, que foi essencial restaurar em nós aquela essência do profissional que busca, que vai para o enfrentamento”*.

Sobre a metodologia utilizada, ou seja, o formato remoto (Canal do YouTube/transmissão pelo *StreamYard*), os/as respondentes avaliaram que as plataformas digitais foram usadas com efetividade, apontando ainda que a condução de cada encontro por duas docentes assim como a distribuição da carga horária, sendo 2 horas síncronas e 2 horas assíncronas, ocorreu de forma adequada. Algumas sugestões foram dadas, destacando-se a necessidade da gravação dos encontros para que as aulas pudessem ser revistas, possibilitando assim um maior aprofundamento e entendimento dos conteúdos abordados: *“As aulas poderiam ser gravadas para revermos. Seria de grande muito bom isso”*; *“Sugiro gravação da aula e disponibilização para os alunos”*; *“Apesar de considerar, assim como as professoras, que a aproximação física gera muito mais conhecimento, debates e trocas de saberes, tendo em vista o atual cenário, a utilização da plataforma foi de extrema importância, já que muitas pessoas de outros estados conseguiram participar, sem se expor à pandemia”*; *“Ansiosa para projetos futuros presenciais, a educação permanente é imprescindível como elemento de diálogo e de transformação”*.

de uma conscientização da ação” e “Apesar das limitações do online eu não teria como participar das aulas se fosse de outra forma. Acredito que é uma forma importante de socializar e democratizar o conhecimento, considerando que um dos objetivos do curso é atualizar que já teve formação”.

As tecnologias de informação e comunicação utilizadas, tais como e-mail e Classroom, foram avaliadas positivamente, destacando-se a importância e a competência no modo de se comunicar com a turma e no armazenamento dos textos trabalhados. Os/as respondentes entenderam que os textos trabalhados e sugeridos foram muito bem escolhidos e tiveram correspondência com os temas propostos para discussão, conforme pode-se identificar nos comentários: “Textos maravilhosos. Contribuíram para a apreensão da ementa proposta de cada encontro. A bibliografia muito bem indicada, autores/autoras relevantes da área. Além de indicar textos de autores/autoras que ainda não conhecia, como Fátima Grave, Lindamar Alves. Considerei esse o diferencial da ementa proposta, pois além dos clássicos trouxeram leituras complementares bem selecionadas”.

Os/as respondentes, quase em sua totalidade (99,1 %) afirmaram que caso fosse ofertado um novo curso de atualização profissional pelo Projeto, se inscreveriam novamente, destacando o fato de que o curso ofertado contribuiu para a qualificação do exercício profissional e possibilitou a retomada dos fundamentos da profissão, assim como instigou a análise crítica sobre o tempo presente, contribuindo para interpretar a agudização das expressões da questão social e seus rebatimentos nas demandas, requisições e ações profissionais que se interpõem no cotidiano profissional. Destacam-se alguns comentários dos respondentes: “Nas discussões atuais acerca a atual realidade e a participação e atuação do Assistente Social no cenário vivenciado”; “Retomar os conceitos os basilares da profissão”; “Tenho muitas colegas de curso que precisariam assistir/ter participado do curso. Achei importante/boa a discussão acerca da fundamentação.... infelizmente temos assistentes sociais que ainda têm uma dimensão fundamental da profissão diferente do que penso (conforme vocês expuseram) ser o mais adequado”; “Muitas das teorias estavam adormecidas e com os encontros foi possível revê-las e nos aprofundar no conteúdo”; “Contribuí no exercício profissional para ampliar o olhar com senso crítico das intervenções realizadas, pois a rotina diária nos consome e acabamos caindo no trefismo”; “Também contribuí para enxergar a profissão em época de pandemia, por uma situação nova que o profissional está enfrentando”; “Acredito que todos os temas abordam discussões atuais no serviço social e nos faz refletir sobre o cotidiano e a prática”; “Propiciando um espaço para reflexão, refletindo acabamos mudando algumas posturas, resgatamos os princípios da profissão”; “Contribuí no meu conhecimento e aprimoramento acadêmico em relação aos fundamentos do serviço social”.

Tomando como referência as motivações e as contribuições apontadas pelos/as participantes, assim como a avaliação construída pelas docentes que ministraram o curso e pela participação nos encontros, seja através de comentários no chat e intervenções orais, foi possível também tecerem-se algumas aproximações analíticas.

É importante reconhecer e valorizar o interesse dos/as estudantes e assistentes sociais em buscarem qualificação e aprimoramento formativo e profissional em pleno contexto pandêmico, tendo como tema um debate complexo e árduo que caminha na contramão das discussões que priorizam um conhecimento instrumental, pragmático, tecnicista e prático.

No entanto, considerando-se as aulas realizadas e o conteúdo da participação dos/as estudantes e assistentes sociais, a discussão sobre os fundamentos do Serviço Social permitiu-nos identificar que ainda é necessário aprofundar tal debate, tarefa nada fácil, mas inadiável, pois ainda não há uma compreensão do que sejam os fundamentos e, em particular, os alicerces da teoria crítica de Marx e das mediações a serem construídas na interlocução entre o Serviço Social e os fundamentos teórico-metodológicos que estruturam a direção social do projeto profissional.

Outro aspecto a ser mencionado é o equívoco em buscar instrumentalizar uma teoria social esperando respostas imediatas e instrumentais para o exercício profissional.

Sendo assim, alguns apontamentos fazem-se necessários.

É relevante enfatizar que os fundamentos teórico-metodológicos não fornecem insumos diretos para o exercício profissional. Nunca existiu e nunca haverá um serviço social marxista. Netto já chamou atenção para essa questão em um texto de 1989 e em palestra recente proferida em evento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Hillesheim, 2022). É incoerente e equivocado adjetivar uma profissão por uma dada matriz teórico-metodológica. Assim, é preciso ser crítico na maneira como se pensa a articulação dos fundamentos com a formação e o trabalho profissional.

O que reforçar e o que enfrentar no debate sobre os fundamentos do Serviço Social?

Primeiro: identificar a natureza da profissão e a natureza da teoria social. A legitimidade do Serviço Social está no seu estatuto profissional em razão da sua condição de constituir-se um ramo de especialização do trabalho coletivo e em seu estatuto de assalariamento, pois os assistentes sociais vendem sua força de trabalho por um salário e, dessa forma, estão submetidos às condições contratuais formais ou informais estabelecidas por seus contratantes, com todas as implicações que isso tem para a sua relativa autonomia profissional. Reforçou Netto (1986) que uma teoria social pressupõe uma elaboração teórico-metodológica que visa explicar a realidade e, no marxismo, transformá-la. Essa explicação parte de um determinado objeto de estudo/conhecimento. As teorias sociais constituem-se uma forma, dentre outras, de organização do conhecimento, proporcionando um quadro amplo, inteiro e articulado de leis, conexões, relações e vínculos relativos “à estrutura dinâmica, ao modo de ser e de se reproduzir um determinado ser social, especificamente, o ser social posto pela dominância do modo de produção capitalista, o ser social burguês”, não se configurando como “uma matéria, uma disciplina ou uma ciência específica: ela concerne à compreensão da totalidade social, da totalidade em movimento que supõe objetividade, indivíduo, cultura, sociedade, economia, constituindo a substância da história”(Netto, 1986, p. 52).

Segundo: criticar uma direção imediatista, mecanista e instrumentalizadora dos fundamentos. Aqui, a teoria social é entendida como referência para a intervenção imediata, por exemplo, como referência na escolha dos instrumentos técnico-operativos para dar concretude às ações profissionais. Forti e Guerra (2013) apresentam a visão enviesada presente na concepção de que “a teoria tem a possibilidade de dar respostas imediatas para as suas questões”, reforçando uma ideia de “aplicabilidade da teoria na prática profissional”, captando as teorias sociais como “um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas” (Forti; Guerra, 2013, p. 05).

A herança praticista e imediatista que já foi alvo de muitas problematizações na e pela categoria profissional, repõe-se, reforçando a estrutura sincrética da profissão. O sincretismo do Serviço Social é um movimento que apresenta tendências históricas que explicitam determinadas características inscritas na sociabilidade capitalista que colocam desdobramentos sobre a profissão (Souza, 2016). Dentre essas características, destacam-se: a apresentação de uma realidade social multifacetária na qual a “questão social” é pulverizada; o exercício profissional do assistente social tem o cotidiano como limite profissional circunscrito no âmbito institucional marcado pela reprodução imediata da sociedade burguesa, com poucas possibilidades para que o assistente social questione os fundamentos do seu trabalho; prioridade da cultura do imediato em detrimento de um conhecimento que retome os fundamentos visando explicar e analisar a

contradição, a luta de classes e a reprodução do capital. Uma das contrafaces do sincretismo é o ecletismo (Netto, 1992), que se caracteriza como uma compilação de teorias, por vezes contraditórias e fragmentadas, que explicam a realidade de forma recortada e superficial.

Uma teoria social não é edificada para dar respostas pontuais às práticas profissionais. Outra questão para problematizarmos é que prática social (práxis) não é sinônimo de prática profissional, embora a última componha o conjunto das determinações da vida social.

Terceiro: a busca pelo estatuto científico da profissão e pelo caráter de intelectualidade que gerou imensos equívocos nas discussões e apreensões no âmbito do Serviço Social brasileiro, mostra atualmente traços de uma nova edição do teorismo. Esse elemento alerta para as críticas que já foram tecidas nas décadas de 1980 e 1990 sobre o fato de que o Serviço Social não teria uma teoria própria, portanto, não seria uma ciência. Reconhecendo tal apontamento e afirmando que, apesar de não ter um estatuto científico, produz conhecimento, sendo reconhecido como área do conhecimento (avanço da pós-graduação), o Serviço Social resvala na tendência teorista, ao buscar conhecer a realidade munido do referencial teórico-metodológico marxiano para identificar e explicar as categorias econômicas determinantes do real, mas sem fazer o “caminho de volta”. As elaborações teóricas construídas não se constituem em mediações teórico-práticas e podem levar a uma falsa ruptura: os profissionais que pensam e os profissionais que executam, reforçando uma formação que dá as costas à realidade em que se desenvolve o exercício profissional.

Sendo assim, há os iluminados, os críticos e detentores do saber científico e estariam na academia desenvolvendo suas pesquisas e contribuindo com a produção do conhecimento; por sua vez, encontram-se os “profissionais da prática”, que atuam na gestão, no planejamento e execução dos serviços sociais, sobretudo no atendimento direto às demandas das/os usuárias/os. Esses, de forma leviana, são denominados de “tradicionais e conservadores”, ausentes de intelectualidade. O traço intelectualista deve ser constantemente enfrentado no debate do Serviço Social.

Iamamoto, em sua produção, “Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”, já apontava para tais reflexões, criticando o “teorismo estéril – distanciado da prática profissional cotidiana” (Iamamoto, 2007, p. 187). Reivindicando uma densidade histórica na interpretação da realidade e da profissão e evitando, tanto o pragmatismo e o teorismo estéril, Iamamoto (2007) enfatiza que é necessário articular situações profissionais à dinâmica macroscópica da sociedade aliadas a um conhecimento acumulado rigoroso, estabelecendo o solo histórico da profissão.

Para buscar superar alguns estereótipos da natureza interventiva da profissão, reduzindo-a a uma formação tecnicista e instrumental, ou seja, um profissional que está “preocupado unilateralmente em dominar um único aspecto específico da realidade, que constituiu seu âmbito de ação imediata” ou de combater uma concepção de “técnico com verniz intelectual” (Iamamoto, 2007, p. 180), poderemos recair no teorismo e intelectualismo, segregando dimensões que estão imbricadas: os/as assistentes sociais são técnicos e intelectuais; não é “isso ou aquilo”, pois conjugam-se esses dois aspectos.

O debate sobre os fundamentos do Serviço Social, consideravelmente a partir da interlocução com a teoria social crítica de Marx, contribui para elucidar e enfrentar os dilemas no campo profissional. Recentemente, em setembro de 2020, Netto proferiu uma palestra sobre “Marxismo e Serviço Social: elementos para pensar a pesquisa, a produção do conhecimento e os desafios do trabalho dos assistentes sociais” (Hillesheim, 2022), recuperando o que tinha produzido em um texto de 1989 e lançando nos apontamentos a partir das mudanças de contexto. Ao tratar da aproximação do Serviço Social com o que chama de “tradição marxista”, reforça

que “começou-se a desmontar e, efetivamente a romper, com o estereótipo do assistente social como ‘a moça que o governo ou patronato paga para moderar os trabalhadores’ que acaba por “menosprezar a formação intelectual do assistente social e era dominante no campo marxista” (Hillesheim, 2022, p. 7).

Esses apontamos servem para repensarmos essas armadilhas (já apontadas por Iamamoto) e que, constantemente, nos são colocadas: ora um praticismo, ora um politicismo, ora um teoricismo.

Quarto: rebater a ênfase do debate dos fundamentos sobre os valores éticos e políticos como se fossem autonomizados e independentes das determinações econômicas e materiais, reforçando um cariz politicista e subjetivista da profissão.

Ao considerarmos o estatuto de assalariamento das profissões e orientarmos a análise da realidade social e profissional na perspectiva da totalidade social, reconhecendo as múltiplas determinações presentes no real, enfatizando que, em última instância, estão as determinações materiais e econômicas da produção social capitalista, precisamos ter uma rigorosa crítica. No trabalho das/dos assistentes sociais, interpõem-se condições objetivas e subjetivas. No entanto, as primeiras possuem determinação para se pensar o trabalho, suas configurações, as formas de exploração e precarização das condições de trabalho da mesma forma ao pensar sobre as demandas sociais, a intervenção do Estado e das finalidades das políticas sociais.

Todavia, reconhecer essa sobredeterminação não implica em anular as condições subjetivas que são construídas pelos profissionais- sem perder de vista a relativa autonomia profissional. Para não reforçar uma visão politicista e subjetivista sobre o trabalho profissional, é exigência fundamental compreender que a profissão não se autodetermina, que os valores éticos e políticos que são reafirmados na direção social do Serviço Social não são soberanos e independentes e que não têm vida própria, no sentido de se sobrepor às condições objetivas e materiais. Defender valores democráticos e emancipadores (como consta no código de ética profissional) não indica afirmar que esses dependem da vontade dos sujeitos e do compromisso político dos assistentes sociais.

Da mesma forma, como já alertou Netto (1992), a intervenção profissional não é uma variável dependente de um sistema de saber em que se ancora ou de que deriva. Reiteramos que a defesa de valores ético-políticos não estrutura, enquanto determinação ontológica, a intervenção profissional.

Defender direitos sociais e humanos, colocar-se contra todas as formas de opressão e exploração, defender as liberdades democráticas e a prestação de serviços com qualidade, não depende, unilateral e exclusivamente, dos posicionamentos políticos de assistentes sociais, embora essas defesas sejam elementos cruciais para o exercício profissional.

Atentar para o politicismo é um desafio e, ao mesmo tempo, coloca-se como tarefa urgente. Chasin (1995), filósofo paulistano, escreveu um livro “Estatuto ontológico e resolução metodológica”, percorrendo rigorosamente o caminho da politicidade, que nos auxilia na crítica ao politicismo na discussão sobre os fundamentos do Serviço Social.

Embora exista uma relação entre a política e a sociedade, Chasin (1995) faz a crítica ontológica sobre a determinação onto-positiva da política, ressaltando a onto-negatividade da politicidade, refutando, a partir da elaboração teórica marxiana, a análise do real sob uma lente distorcida – a lente do politicismo – que visualiza, interpreta e explica a realidade pelo viés da esfera política segmentando-a da esfera econômica, posicionando a segunda como derivação da primeira.

É com essa explicação e crítica que rechaçamos o debate sobre os Fundamentos que toma por centralidade a esfera política, recaindo em antigos fetiches e armadilhas, tais como o politicismo e o militantismo.

Quinto: criticar a condução do ensino dos fundamentos em um viés historicista e linear que acaba por contar e reproduzir uma história da profissão, despida da análise das contradições sociais inerentes à sociabilidade burguesa, centrada na história construída por sujeitos que aparecem descontextualizados e, por isso, desistorizados.

A incorporação dos fundamentos na formação profissional, tendo como expressão máxima as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (1996), representa a busca pela superação da fragmentação entre teoria, história e método, trazendo uma lógica em que as dimensões históricas, teóricas e metodológicas passam a ser tratadas articuladas e inseparáveis, elucidando “uma interlocução simultânea entre a história da sociedade e a história da cultura de uma época para elucidar o Serviço Social” (Iamamoto, 2014, p. 623). A autora pontua que no debate quanto aos fundamentos do Serviço Social, nas três últimas décadas, um dos eixos temáticos que ganha centralidade é o “resgate da historicidade da profissão, seja na reconstituição de sua trajetória na formação histórica da sociedade brasileira, seja na explicitação das particularidades históricas de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto, 2014, p. 634).

Diante do exposto, reafirmamos que o debate sobre os fundamentos do Serviço Social precisa ser retomado constantemente em todos os níveis de formação: graduação inicial, pós-graduação e na perspectiva da educação continuada e permanente, assumindo-se a tarefa e o desafio de recolocar a discussão com rigoroso trato teórico-metodológico combatendo expressões teoricistas, politicistas e praticistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como ponto de partida o objetivo de se expor a sistematização da experiência de educação permanente executada no ano de 2021, versando sobre o Serviço Social e seus fundamentos, pudemos construir sínteses, mesmo que aproximativas, na espera de contribuir com o fortalecimento e adensamento do tema em questão, articulando-o no campo da formação, do trabalho profissional e da produção do conhecimento da área do Serviço Social.

Analisando as motivações apresentadas, embora demonstrem diferenças entre si, é possível inferir que elas expressam uma preocupação da categoria com o seu aprimoramento profissional e formativo. Nesse sentido, as universidades públicas são convocadas a contribuir nessa frente, uma vez que são espaços de referência na produção de conhecimento e partícipes na qualificação dos trabalhadores responsáveis pelos serviços prestados à população.

No tocante ao Serviço Social, a educação permanente pode contribuir para alicerçar um dos princípios estabelecidos no Código de Ética da profissão, quando determina o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Todavia, mesmo que o interesse sobre a temática dos fundamentos não tenha centralidade nas motivações apresentadas pelos participantes do curso, não significa dizer que não houve participação, aproveitamento e aprendizado.

Nas discussões realizadas, evidenciamos que há entre os participantes uma necessidade que pode ser considerada equivocada: a necessidade de se instrumentalizar a teoria social crítica, como se fosse possível existir um Serviço Social marxista.

Esse é um grande dilema sobre a questão do método no Serviço Social: a busca por reduzir uma teoria social a uma abordagem mecanicista, instrumental, limitada a elaboração de metodologias de ação, destituindo-a de seu potencial analítico e reflexivo, culminando, dessa forma, no empirismo do trabalho profissional. Em um certo sentido, o conhecimento teórico é identificado não como aquele que possibilita desvendar mediações, mas como aquele que pode ser aplicado, reproduzido para dar resultados e não para produzir uma análise consistente e coerente sobre as questões que atravessam a formação e o trabalho de assistentes sociais

Desse dilema, decorre o conhecimento por vezes incipiente apresentado sobre o Serviço Social e seus fundamentos que se expressam na fragilidade teórico-metodológica e no esvaziamento das características que sustentam a unidade teórico-prática tão cara a profissão. Tal fragilidade pode ser um impeditivo, dentre outras questões, para que o/a assistente social reconheça a profissão na divisão sociotécnica e sexual do trabalho, bem como o seu estatuto de assalariamento. Outro destaque é que a ausência ou uma compreensão enviesada acerca dos fundamentos compromete a percepção dos profissionais tanto quanto ao significado social da profissão, como no desvendamento da questão social e suas expressões, dissociando tais elementos das categorias constitutivas da realidade, do padrão de constituição do Estado burguês, da luta de classes, do trabalho na configuração da sociedade burguesa e do modo de ser e de se constituir da racionalidade capitalista.

A partir das manifestações dos cursistas, acredita-se que o curso cumpriu seus objetivos, contribuindo para a concretização dos pressupostos da educação permanente defendida pela categoria profissional. Também possibilitou a identificação de possíveis lacunas nos processos formativos a serem enfrentadas, reforçando a centralidade da universidade pública na mobilização de ações que contribuam nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8662/93**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

CHASIN, J. **Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica** (escrito inicialmente publicado como posfácio do livro “*Pensando com Marx*” de F. J. S. Teixeira, São Paulo: Editora Ensaio, 1995). São Paulo: Boitempo, 2009.

FERNANDES, R. M. C. Educação permanente nas situações de trabalho de assistentes sociais. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 481-505, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/XLMkCJ6vBWtftBB39ycXdXB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2023.

FERNANDES, R. M. C. Educação permanente: um desafio para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 207-218, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1055/3241>. Acesso em: 21 set. 2023.

FORTI, V.; GUERRA, Y. “Na prática a teoria é outra?”. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos: Coletânea Nova de Serviço Social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 3-22.

GUERRA, Y. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M.; CRESS/MG, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (org.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS/MG, 2023. p. 43-57. Disponível em: https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG-_A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. *et al.* (org.). **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-46.

HILLESHEIM, J. Marxismo e Serviço Social: palestra do Professor José Paulo Netto. **Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1-14, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/FYwqcMX6bWgFvHJKpQmyws/#>. Acesso em: 9 out. 2023.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2023.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012. p. 33-74. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, C. C. S.; OLIVEIRA, C. M. Educação Permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 31, p. 133-166, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>. Acesso em: 21 set. 2023.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, J. P. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos Abess: O processo de formação do Assistente Social**, São Paulo, n. 1, p. 43-61, 1986.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, J. M. A. O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 113-144.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et al*, (org.). **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-84.